

---

## TV pública pode ser o canal do Judiciário com o cidadão

Anuncia-se a criação de mais uma TV pública, a do Poder Judiciário. As vozes discordantes já se levantaram contra a iniciativa, sempre com o forte argumento de que mais uma vez o dinheiro que poderia ser destinado a outras ações em favor da população está sendo jogado no ralo do desperdício, a fim de alimentar vaidades e proteger alguns com empregos bem remunerados.

Os argumentos contra a iniciativa bem que poderiam ser bastante convincentes, não fosse a dura realidade em que se encontram os veículos de Comunicação no Brasil, principalmente depois da chamada abertura, quando se livraram da censura do Estado e se entregaram aos caprichos dos donos e, mais ainda, dos seus patrocinadores.

A verdade é que no modelo atual, cada vez mais se restringem os espaços para notícias e debates acerca de assuntos tratados e vividos por quem está fora da esfera de poder.

Por mais que alguns tentem desmerecer o valor das TVs públicas e, poderia-se dizer também, setoriais, elas têm prestado um serviço inestimável à população. Vejamos os exemplos das TVs do Senado e da Câmara. Graças a elas, e somente a elas, o País tem tido a oportunidade de acompanhar aquilo que nenhuma outra grande rede, seja Globo, Record, Bandeirantes ou SBT, consegue oferecer aos seus telespectadores. Nesses canais, afinal de contas, é onde ainda se consegue ouvir a voz da discordância, e acompanhar por inteiro o ponto de vista daqueles que se contrapõem ao modelo político-econômico ora em voga no País.

Fora isto, é de se exaltar também o nível elevado dos programas que recheiam os espaços abertos com a ausência de debates em plenários nas duas casas legislativas. Concertos, documentários, entrevistas, reportagens de altíssimo nível são ofertados aos seus telespectadores, o que seria difícil ou até mesmo impossível de ser levado ao ar pelas emissoras comerciais, onde desfilam, com conquistas de altíssimos índices de audiência, o grotesco, o chulo e o preconceituoso.

É impressionante como, na TV aberta, qualquer pessoa que desponta na música (principalmente brega), no futebol, em telenovelas etc, tem mais autoridade para se expressar sobre Política, Economia, Comportamento e Religião do que quem realmente pode contribuir positivamente para uma melhor compreensão do tema em discussão.

Fugindo da TV para o Rádio, veja-se também o caso da tão combatida Voz do Brasil. Trata-se realmente de um programa chato, principalmente porque é compulsório, mas, infelizmente, somente lá se pronunciam os deputados e senadores que se alinham na oposição.

Muitas das vezes falando coisas insensatas, convenhamos, mas têm o direito da palavra, do alerta para uma determinada situação. A ameaça à soberania nacional, com a negociação da entrega da Base de Lançamento de Alcântara, aos Estados Unidos, por exemplo, demorou a entrar na pauta das grandes redes de rádio e TV, e, por incrível que possa parecer, somente na Voz do Brasil e nas TVs do Senado e da Câmara, o assunto era tratado com riqueza de detalhes. Maior infelicidade ainda é a constatação de que, no caso da TV, o acesso se limita a quem tem poder aquisitivo para comprar uma parabólica ou

assinar Sky, Directv, NET, etc.

O surgimento da TV do Judiciário bem que poderia ser dispensável, entretanto nada garante que na ausência dela, os temas que ali serão debatidos, muitos por sinais que afetam diretamente a vida de cada brasileiro passe a ganhar a espaço na mídia tradicional. Tampouco pode-se esperar das empresas de comunicação a compensação cultural pelo não-surgimento de uma emissora deste perfil. Logo, assim como suas congêneres do Senado, da Câmara, das assembleias legislativas e outras, se justificam.

**Date Created**

04/11/2001